

Gustavo Tepedino  
Ana Carolina Brochado Teixeira  
Vitor Almeida

# DA DOGMÁTICA À EFETIVIDADE DO DIREITO CIVIL

Anais do Congresso Internacional  
de Direito Civil Constitucional –  
IV Congresso do IBDCIVIL



Realizado o IV Congresso do Instituto Brasileiro de Direito Civil (IBDCivil), o leitor terá aqui atualíssima agenda de temas e problemas de direito privado. Questões controvertidas que se encontram na ordem do dia constituem o objeto da análise de diversas gerações de juristas. O fio condutor será a superação da dogmática formalista, em direção à efetividade do direito civil que, por sua vez, aspira à renovação doutrinária, promocional, inclusiva e, a um só tempo, comprometida com fundamentos teóricos bem definidos pela legalidade constitucional. O livro é composto tanto por artigos que traduzem reflexões feitas por ocasião do congresso, quanto pelos trabalhos vencedores do concurso realizado em comemoração ao centenário do Código Civil de 1916 – I Prêmio Clóvis Beviláqua, que revelam novos nomes do Direito Civil e o compromisso da nova geração com a efetividade do direito vinculado à realização da pessoa humana.

**Área específica**

DIREITO CIVIL

**Áreas afins**

**Público-alvo/consumidores**

ESTUDANTES E PROFESSORES DE  
GRADUAÇÃO, MESTRADO E DOUTORADO,  
BEM COMO ADVOGADOS, JUÍZES,  
PROMOTORES E DEFENSORES.

2ª edição revista, ampliada e atualizada

**FORMATO:** 17 X 24 cm  
**CÓDIGO:** 10001468

D654 Da dogmática à efetividade do Direito Civil: Anais do Congresso Internacional de Direito Civil Constitucional – IV Congresso do IBDCivil / Gustavo Tepedino, Ana Carolina Brochado Teixeira, Vitor Almeida (Coord.). - 2. ed. – Belo Horizonte : Fórum, 2019.

815p.; 17cm x 24cm  
ISBN: 978-85-450-0545-2

1. Direito Civil. I. Tepedino, Gustavo. II. Teixeira, Ana Carolina Brochado. III. Almeida, Vitor. IV. Título.

CDD 342.1  
CDU 347

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

TEPEDINO, Gustavo; TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; ALMEIDA, Vitor (Coord.). *Da dogmática à efetividade do Direito Civil: Anais do Congresso Internacional de Direito Civil Constitucional – IV Congresso do IBDCivil*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 815p. ISBN 978-85-450-0545-2

Gustavo Tepedino

Professor Titular de Direito Civil. Ex-Diretor da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Ana Carolina Brochado Teixeira

Doutora em Direito Civil pela UERJ. Mestre em Direito Privado pela PUC-Minas. Professora do Centro Universitário UNA. Advogada.

Vitor Almeida

Doutor e mestre em Direito Civil pela UERJ. Professor Adjunto de Direito Civil da UFRRJ. Professor convidado dos Cursos da PUC-Rio, EMERJ, ESAP-PGE/RJ e CEPED-UERJ. Advogado.

## SUMÁRIO

PREFÁCIO À SEGUNDA EDIÇÃO .....	23
PREFÁCIO À PRIMEIRA EDIÇÃO .....	25

### PARTE I

#### CAPÍTULO 1

##### A RAZOABILIDADE NA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

<b>GUSTAVO TEPEDINO</b> .....	29
1.1 Técnicas de interpretação e princípio da segurança jurídica.....	29
1.2 O panorama jurisprudencial: hesitações e dificuldades conceituais.....	31
1.3 Razoabilidade e proporcionalidade: o proporcional é razoável? .....	34
1.4 Razoabilidade como método necessário e permanente: a identificação de critérios substanciais em julgados do Superior Tribunal de Justiça .....	36
1.5 Perigos do formalismo e do subjetivismo na legalidade constitucional.....	39

#### CAPÍTULO 2

##### A TUTELA DAS VULNERABILIDADES NA LEGALIDADE CONSTITUCIONAL

<b>HELOISA HELENA BARBOZA, VITOR ALMEIDA</b> .....	41
Notas introdutórias .....	41
2.1 Vulnerabilidade: noção jurídica.....	42
2.2 A necessária preservação da autonomia dos vulneráveis.....	49
2.3 Instrumentos de tutela das vulnerabilidades: o exemplo dos mecanismos de apoio ao exercício da capacidade da pessoa com deficiência.....	51
Considerações finais .....	54

#### CAPÍTULO 3

##### VULNERABILIDADE EXISTENCIAL NA INTERNET

<b>DEBORAH PEREIRA PINTO DOS SANTOS</b> .....	57
3.1 Introdução: proteção da pessoa humana na era virtual.....	57
3.2 Preeminência das situações existenciais sobre as situações patrimoniais .....	59
3.3 Vulnerabilidade existencial na internet e tutela prioritária de crianças e adolescentes	64
3.4 Conclusão: primeiros apontamentos para a proteção de crianças e adolescentes em situações jurídicas existenciais na internet .....	69

#### CAPÍTULO 4

##### O DIREITO AO ESQUECIMENTO DA PESSOA TRANSEXUAL

<b>THAMIS DALSENTER VIVEIROS DE CASTRO, VITOR ALMEIDA</b> .....	73
Notas introdutórias .....	73
4.1 A expansão da privacidade: a autodeterminação informativa e o direito ao esquecimento (ou ao controle de informações pessoais pretéritas).....	76
4.2 Autonomia corporal e pessoa transexual .....	79

4.3	Identidade pessoal e direito à alteração do nome e do sexo .....	86
4.4	O direito ao casamento de pessoas transexuais.....	95
4.4.1	O erro essencial sobre a pessoa do cônjuge e a validade do casamento .....	97
	Notas conclusivas.....	102

## CAPÍTULO 5

### SITUAÇÕES JURÍDICAS PATRIMONIAIS: FUNCIONALIZAÇÃO OU COMUNITARISMO?

<b>DANIEL BUCAR</b> .....	105	
5.1	Introdução.....	105
5.2	Liberalismo x comunitarismo: a dicotomia histórica.....	105
5.3	A leitura liberal da função social das situações patrimoniais.....	109
5.3.1	Uma nota sobre a doutrina administrativista: o interesse público.....	112
5.4	Concepções não liberais da função social das situações patrimoniais .....	114
5.5	Conclusão: a função social é expressão do comunitarismo contemporâneo?.....	115

## CAPÍTULO 6

### CONSTRUINDO UM DEVER DE RENEGOCIAR NO DIREITO BRASILEIRO

<b>ANDERSON SCHREIBER</b> .....	117	
6.1	A economia do desequilíbrio.....	117
6.2	Comportamento dos contratantes diante do desequilíbrio e o silêncio do legislador brasileiro .....	120
6.3	Dimensão comportamental do desequilíbrio contratual na experiência jurídica estrangeira e internacional .....	125
6.4	Construção de um dever de renegociar no direito brasileiro .....	132
	Conclusão .....	139

## CAPÍTULO 7

### A CLÁUSULA RESOLUTIVA EXPRESSA E O CONTRATO INCOMPLETO COMO INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE RISCO NOS CONTRATOS

<b>ALINE DE MIRANDA VALVERDE TERRA, PAULA GRECO BANDEIRA</b> .....	143	
	Introdução: o contrato como mecanismo de gestão de riscos .....	143
7.1	Os modos de alocação de riscos nos contratos: gestão positiva e negativa .....	146
7.2	A cláusula resolutiva expressa como instrumento de gestão positiva dos riscos....	147
7.3	O contrato incompleto como instrumento de gestão negativa dos riscos .....	152
	Conclusão.....	154

## CAPÍTULO 8

### A RELATIVIZAÇÃO DO DUPLO LIMITE E DA SUBSIDIARIEDADE NAS AÇÕES POR ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA

<b>CARLOS NELSON KONDER, PATRICK SAAR</b> .....	157	
8.1	Introdução.....	157
8.2	A doutrina clássica do enriquecimento sem causa e os novos desafios do lucro da intervenção.....	158
8.3	Dificuldades da teoria do duplo limite.....	160
8.4	A questão da subsidiariedade.....	163
8.5	Conclusão.....	166

## CAPÍTULO 9

### QUAIS OS IMPACTOS DA BOA-FÉ OBJETIVA NO DIREITO SOCIETÁRIO?

<b>MARCOS EHRHARDT JR.</b> .....	167
Introdução .....	167
9.1    Funções da boa-fé objetiva em nosso sistema .....	168
9.2    O necessário diálogo com práticas de governança corporativa para ampliação da aplicação dos deveres decorrentes da boa-fé objetiva .....	170
9.3    Necessidade de ressignificação do ordenamento jurídico na perspectiva do dever geral de boa-fé objetiva .....	173
Notas conclusivas.....	175

## CAPÍTULO 10

### PACTO MARCIANO: TRAJETÓRIA, CONSTITUIÇÃO E EFEITOS

<b>CARLOS EDISON DO RÊGO MONTEIRO FILHO</b> .....	177
10.1    Introdução .....	177
10.2    O pacto marciano: trajetória e mecanismos de atuação .....	179
10.2.1    Estrutura do pacto marciano: conceito e elementos constitutivos.....	184
10.2.1.1    Aquisição da propriedade plena da coisa objeto da garantia pelo credor.....	188
10.2.1.2    Aferição do justo valor da coisa objeto da garantia .....	189
10.2.1.2.1    Aspecto procedimental .....	191
10.2.1.2.2    Aspecto temporâneo .....	194
10.3    À guisa de conclusão. Os efeitos da cláusula marciana: restituição do <i>superfluum</i> ao devedor, abatimento do valor da coisa dada em garantia da dívida remanescente, perdão legal e extinção da obrigação .....	196

## CAPÍTULO 11

### A TUTELA POSSESSÓRIA COMO INSTRUMENTO DE PACIFICAÇÃO SOCIAL: AINDA SOBRE O FUNDAMENTO DOS INTERDITOS POSSESSÓRIOS

<b>ROBERTA MAURO MEDINA MAIA</b> .....	199
11.1    Introdução .....	199
11.2    Uma premissa importante: a análise das teorias subjetiva e objetiva.....	200
11.3    A tutela possessória e o seu viés civilizatório: notas sobre as opções do legislador brasileiro a respeito do tema .....	205
11.4    Critérios processuais para a concessão de tutela possessória e a ocupação de áreas públicas ou privadas para fins de protesto .....	213
11.5    Conclusão .....	217

## CAPÍTULO 12

### OS ALIMENTOS ENTRE DOGMÁTICA E EFETIVIDADE

<b>ANA CARLA HARMATIUK MATOS, ANA CAROLINA BROCHADO TEIXEIRA</b> .....	219
Introdução .....	219
12.1    Princípio da solidariedade familiar .....	219
12.2    Os critérios para o estabelecimento do binômio alimentar e os parâmetros jurisprudenciais .....	221
12.3    Alimentos a ex-cônjuges ou ex-companheiros.....	224
12.4    Possibilidades prospectivas de maior efetividade dos alimentos.....	230
Conclusão .....	233

## CAPÍTULO 13

### MULTIPARENTALIDADE A PARTIR DA TESE APROVADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

<b>PABLO MALHEIROS DA CUNHA FROTA, RICARDO CALDERÓN</b> .....	235
Introdução .....	235
13.1 Entendimento do STF acolhendo a multiparentalidade no direito brasileiro .....	239
13.2 A tese aprovada em repercussão geral .....	241
13.3 Principais reflexos da decisão do STF .....	241
13.3.1 O reconhecimento jurídico da afetividade .....	241
13.3.2 Vínculo socioafetivo e biológico em igual grau de hierarquia jurídica .....	242
13.3.3 Possibilidade jurídica da multiparentalidade .....	243
13.3.4 Princípio da parentalidade responsável.....	244
13.4 Efeitos a partir da tese fixada .....	245
13.5 Avanço e cautela .....	245

## CAPÍTULO 14

### COMO PRESERVAR A ISONOMIA DAS ENTIDADES FAMILIARES NA SUCESSÃO LEGAL?

<b>ANA LUIZA MAIA NEVARES</b> .....	249
14.1 Atualidade da questão proposta .....	249
14.2 Os direitos sucessórios do cônjuge e do companheiro .....	250
14.3 A centralidade do cônjuge na ordem de vocação hereditária. Interpretações em desfavor do cônjuge sobrevivente .....	252
14.4 A legítima: ponderações .....	256
14.5 Legislação de <i>lege lata</i> : imperiosa equiparação de direitos sucessórios em virtude do fundamento da sucessão hereditária .....	259
14.6 Conclusão .....	262

## CAPÍTULO 15

### A RELEVÂNCIA DO PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO NO ATUAL ORDENAMENTO BRASILEIRO

<b>DANIELE CHAVES TEIXEIRA</b> .....	265
15.1 Notas introdutórias .....	265
15.2 Importâncias do direito sucessório no mundo contemporâneo.....	266
15.3 Desconstrução dos pilares do direito das sucessões: família e propriedade .....	268
15.4 Planejamento sucessório: à rigidez do direito das sucessões no Brasil.....	271

## CAPÍTULO 16

### O DEVER DE REVELAÇÃO E OS *STANDARDS* DE INDEPENDÊNCIA E IMPARCIALIDADE DO ÁRBITRO À LUZ DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

<b>PAULO NALIN, MARCOS ALBERTO ROCHA GONÇALVES</b> .....	273
16.1 Notas introdutórias: a arbitragem e os desafios dos novos tempos.....	273
16.2 A imparcialidade como fundamento da jurisdição e os critérios de definição do impedimento do juiz e do árbitro .....	275
16.3 Uma hipótese de aplicação concreta .....	281
16.4 Notas conclusivas.....	284

## CAPÍTULO 17

### OS DESAFIOS DO ENSINO DEMOCRÁTICO E INCLUSIVO DO DIREITO CIVIL

<b>PAULA MOURA FRANCESCONI DE LEMOS PEREIRA, VITOR ALMEIDA</b> ....	287
Notas introdutórias .....	287
17.1    As mutações da hermenêutica jurídica e sua influência no ensino jurídico .....	288
17.2    A importância da funcionalização e humanização do ensino do direito civil .....	290
17.3    Os desafios do ensino jurídico universitário .....	292
17.4    Teoria e práxis na formação universitária .....	294
17.4.1    O exemplo dos núcleos de prática jurídica e das clínicas de direitos fundamentais.....	296
17.5    Do direito civil do homem médio ao direito civil da pessoa humana: novas pautas .....	297
Considerações finais: ensinar para emancipar.....	299

## PARTE II

### Concurso de Trabalhos Acadêmicos em homenagem ao Centenário do Código Civil de 1916 – I Prêmio Clóvis Beviláqua. Categoria Profissional

## CAPÍTULO 1

### DOGMÁTICA E EFETIVIDADE: O PAPEL DA CIVILÍSTICA NO DESBRAVAMENTO DE ESPAÇOS DE LIBERDADES

<b>ANDRÉ LUIZ ARNT RAMOS</b> .....	303
Introdução .....	303
1.1    O problema em contexto: ângulos e parâmetros da ascendência do Estado Constitucional. A renovação da dogmática e sua necessária efetividade .....	304
1.2    Direito civil, Constituição e os desafios da civilística brasileira contemporânea.....	308
1.3    Efetividade: o papel da literatura na abertura e preservação de espaços de liberdades.....	312
Conclusão .....	317

## CAPÍTULO 2

### A BOA-FÉ OBJETIVA NAS RELAÇÕES REAIS: TUTELA DA CONFIANÇA NA RELAÇÃO REAL COMO PROCESSO

<b>DIANA PAIVA DE CASTRO, FRANCISCO DE ASSIS VIÉGAS</b> .....	319
Introdução .....	319
2.1    Reexame das fronteiras entre relação jurídica real e relação jurídica obrigacional no trajeto rumo ao direito comum das situações patrimoniais.....	320
2.2    Delimitação do espaço de incidência da boa-fé objetiva em relação à função social .....	325
2.3    A interpretação da boa-fé nas relações reais em função aplicativa .....	328
2.3.1    A incidência da boa-fé objetiva nas relações condominiais e a figura parcelar da <i>suppressio</i> .....	329
2.3.2    A incidência da boa-fé objetiva para a solução de conflitos entre centros de interesse contrapostos nos direitos reais sobre coisa alheia: usufruto, servidão, superfície, hipoteca e penhor.....	334
2.4    Síntese conclusiva .....	337

### CAPÍTULO 3

#### DIÁLOGOS ENTRE A CONSTITUIÇÃO E O DIREITO PRIVADO: O FENÔMENO DA DESCODIFICAÇÃO E O NOVO DIREITO PRIVADO SOLIDÁRIO

<b>LAÍS GOMES BERGSTEIN</b> .....	339
3.1 Introdução .....	339
3.2 O fenômeno da descodificação: as eras da “ordem e da desordem” .....	340
3.3 A tríplice dimensão da Constituição brasileira .....	342
3.4 O novo “direito privado solidário” .....	344
3.5 <i>Case law</i> : influências recíprocas na prática forense .....	346
3.6 Considerações finais .....	349

### CAPÍTULO 4

#### PROPOSTA DE RELEITURA DA DESCONSIDERAÇÃO INVERSA DA PERSONALIDADE JURÍDICA À LUZ DOS INTERESSES EXISTENCIAIS DECORRENTES DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR

<b>MAICI BARBOZA DOS SANTOS COLOMBO</b> .....	351
4.1 Introdução .....	351
4.2 A releitura da obrigação alimentar segundo os princípios insculpidos na Constituição da República de 1988 .....	352
4.3 A desconsideração da personalidade jurídica inversa como instrumento de efetivação da prestação alimentar .....	355
4.4 Desconsideração para fins de imputação e para fins de responsabilidade .....	358
4.5 Pressupostos de aplicabilidade e a jurisprudência .....	359
Conclusão .....	364

### CAPÍTULO 5

#### POR UMA RELEITURA FUNCIONAL DO (IN)ADIMPLENTO CONTRATUAL: REPERCUSSÕES DOS DEVERES DECORRENTES DA BOA-FÉ OBJETIVA

<b>RODRIGO DA GUIA SILVA</b> .....	367
5.1 Introdução .....	367
5.2 A cláusula geral de boa-fé objetiva como fundamento de deveres laterais de conduta .....	369
5.3 Delineamento da doutrina da violação positiva do contrato no direito brasileiro .....	376
5.4 Enquadramento dogmático dos deveres decorrentes da boa-fé objetiva na disciplina do inadimplemento contratual .....	380
5.5 Síntese conclusiva .....	385

### CAPÍTULO 6

#### A PROBLEMÁTICA DA APLICAÇÃO DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO AOS CONTRATOS DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO RECURSO ESPECIAL Nº 1.163.283/RS

<b>ANDRESSA JARLETTI GONÇALVES DE OLIVEIRA</b> .....	387
Introdução .....	387
6.1 O Recurso Especial nº 1.163.283/RS .....	388
6.1.1 Peculiaridades do caso concreto .....	391
6.1.2 Principais fundamentos do acórdão do REsp nº 1.163.283/RS .....	392
6.2 Regime jurídico do Sistema Financeiro da Habitação .....	395
6.2.1 O surgimento do Sistema Financeiro da Habitação .....	395



6.2.2	O desequilíbrio nos financiamentos imobiliários do SFH .....	396
6.3	Inconsistências da aplicação da análise econômica do direito nos contratos do Sistema Financeiro da Habitação.....	397
6.3.1	Teste de compatibilidade constitucional.....	398
6.3.2	A metodologia do direito civil constitucional.....	400
6.3.3	A inconsistência sistêmica com o Recurso Especial Repetitivo nº 1.070.297/PR e a redução da função social do contrato aos interesses do mercado.....	402
	Considerações finais.....	406

## CAPÍTULO 7

### CONSIDERAÇÕES SOBRE A PROTEÇÃO DO DIREITO À IMAGEM NA INTERNET

<b>CHIARA ANTONIA SPADACCINI DE TEFFÉ</b> .....	409	
Introdução.....	409	
7.1	O direito à imagem na legalidade constitucional .....	410
7.1.1	O consentimento para o uso da imagem.....	415
7.1.2	Exceções para a utilização da imagem independentemente da autorização de seu titular .....	417
7.2	A compensação pelo dano à imagem .....	421
7.3	A proteção do Marco Civil da Internet para as imagens contendo cenas de nudez ou de atos sexuais de caráter privado .....	424
	Considerações finais.....	428

## CAPÍTULO 8

### COMENTÁRIOS AO ACÓRDÃO PROFERIDO NO RESP Nº 1.315.668: O RECONHECIMENTO DA VALIDADE DO AUMENTO DE PLANO DE SAÚDE EM RAZÃO DA IDADE FRENTE AO PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL DOS CONTRATOS

<b>MARIANA BARSAGLIA PIMENTEL</b> .....	431	
8.1	Introdução.....	431
8.2	Breve incursão na matéria fática e nos fundamentos jurídicos do caso julgado pelo Superior Tribunal de Justiça .....	432
8.3	O entendimento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Recurso Especial nº 1.315.668 .....	433
8.4	Análise do julgado do Superior Tribunal de Justiça sob o prisma do princípio da função social dos contratos.....	435
8.5	A prevalência da proteção do indivíduo concreto na relação contratual em detrimento do ideal de “bem comum” .....	438
8.6	Conclusão.....	440

## CAPÍTULO 9

### CONTRATOS IMOBILIÁRIOS E A (I)LEGALIDADE DA CLÁUSULA DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ENTREGA DO IMÓVEL

<b>GABRIEL HONORATO DE CARVALHO</b> .....	443	
Notas introdutórias .....	443	
9.1	Negócios jurídicos: definição e elementos estruturais.....	444
9.2	A constitucionalização do direito privado: eficácia horizontal dos direitos fundamentais e a função social dos contratos .....	445
9.3	A cláusula de carência – prorrogação do prazo de entrega do imóvel – à luz do ordenamento jurídico brasileiro.....	449
	Considerações finais.....	454

## CAPÍTULO 10

### A TUTELA DA PRIVACIDADE: DESDOBRAMENTOS DA PROTEÇÃO INTERNACIONAL DE DADOS PESSOAIS

<b>JOANA DE MORAES SOUZA MACHADO, AURICELIA DO NASCIMENTO MELO</b> .....	457
Introdução .....	457
10.1 Considerações acerca dos dados pessoais .....	459
10.2 A proteção de dados pessoais na União Europeia.....	463
10.2.1 Desenvolvimento do modelo europeu .....	465
10.2.2 Os principais aspectos da Directiva nº 95/46/CE .....	468
10.3 O modelo italiano de proteção de dados pessoais .....	471
Conclusão .....	475

## CAPÍTULO 11

### GUARDA COMPARTILHADA: UMA REFLEXÃO DA LEI Nº 13.058/2014 A PARTIR DA INTERLOCUÇÃO ENTRE O DIREITO E A PSICOLOGIA

<b>ARLENE MARA DE SOUSA DIAS, MAURICIO RODRIGUES DE SOUZA</b> .....	477
Introdução .....	477
Breves considerações acerca das transformações da família no Brasil .....	478
O papel dos pais na formação psíquica da criança e os possíveis prejuízos de ordem emocional para os filhos.....	480
Guarda de filhos na legislação brasileira .....	482
Análise da Lei nº 13.058/2014: uma necessária interlocução entre o direito e a psicologia.....	484
Considerações finais .....	494

## CAPÍTULO 12

### A CAPACIDADE CIVIL NO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: A QUEBRA DA DOGMÁTICA E O DESAFIO DA EFETIVIDADE

<b>JACQUELINE LOPES PEREIRA, LIGIA ZIGGIOTTI DE OLIVEIRA</b> .....	497
Introdução .....	497
12.1 “Personalização” da pessoa com deficiência e o paradigma da capacidade legal ...	498
12.2 Primeiros sinais de interpretação dos tribunais sobre incapacidade em ação de interdição .....	502
12.2.1 Método de seleção de julgados e descrição fática e decisória.....	502
12.2.2 Análise crítica do conteúdo dos julgados .....	505
Considerações finais .....	508

## CAPÍTULO 13

### A GUARDA COMPARTILHADA COMPULSÓRIA NOS CASOS DE LITÍGIO CONJUGAL: UMA ABORDAGEM SOBRE A APLICAÇÃO DA LEI Nº 13.058/2014 NO FÓRUM CÍVEL DE BELÉM

<b>GRACE BAÊTA DE OLIVEIRA, JAMILLE SARATY MALVEIRA</b> .....	511
13.1 Introdução .....	511
13.2 A regulamentação da guarda compartilhada: uma abordagem da Lei nº 13.058/2014 .....	512
13.2.1 Nova lei: principais mudanças .....	513
13.2.2 Critérios norteadores para a aplicação da Lei nº 13.058/2014 .....	516
13.3 A guarda compartilhada e o mito de que o cuidado materno ainda é o ideal.....	517
13.4 Análise da aplicação da Lei nº 13.058/2014 no Fórum Cível de Belém: melhor interesse da criança ou dos genitores? .....	517

13.4.1	Aspectos práticos identificados nas entrevistas com os magistrados e nas decisões de concessão da guarda compartilhada .....	518
13.4.2	Resultado das entrevistas x prática forense .....	520
13.5	Considerações finais .....	525

#### CAPÍTULO 14

##### TEMPOS DE CRISE: CONTROVÉRSIAS ENVOLVENDO A EXTINÇÃO DO COMPROMISSO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEIS

<b>ALEXANDRE JUNQUEIRA GOMIDE</b> .....	527
Introdução .....	527
14.1 Das formas de extinção do contrato e suas consequências .....	528
14.1.1 Resilição unilateral .....	529
14.1.2 Distrato .....	530
14.1.3 Resolução contratual .....	532
14.1.4 Rescisão .....	534
14.2 Da extinção dos compromissos de venda e compra de imóveis: controvérsias atuais e a jurisprudência.....	534
14.2.1 Da resilição unilateral do compromisso de venda e compra .....	534
14.2.2 Resolução dos compromissos de venda e compra .....	537
14.2.2.1 Resolução proposta pelo adquirente.....	537
14.2.2.2 Resolução contratual proposta pelo incorporador .....	539
14.2.3 Distrato dos instrumentos de venda e compra .....	540
14.3 Tentativas e propostas de resolução de conflitos decorrentes da extinção dos contratos de venda e compra.....	541
14.3.1 O Pacto para o Aperfeiçoamento das Relações Negociais entre Incorporadores e Consumidores .....	541
14.3.2 Projeto de Lei nº 1.220/2015.....	542
14.3.3 Projeto de Lei nº 774/2015.....	544
Conclusão .....	545

#### CAPÍTULO 15

##### ENTRE O POSITIVISMO FORTE E O PRAGMATISMO: UM EXAME DA INTERPRETAÇÃO DADA PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA À CLÁUSULA GERAL DE RESPONSABILIDADE OBJETIVA NO ÚLTIMO TRIÊNIO

<b>DANIEL SILVA FAMPA</b> .....	547
15.1 Notas introdutórias .....	547
15.2 O estado atual da responsabilidade civil objetiva pelo risco no Brasil.....	548
15.3 A relevância da análise econômica para a estruturação de um modelo objetivo de imputação do dever de reparar .....	552
15.3.1 Os modelos de juiz na doutrina de Richard Posner .....	557
15.4 Principais pontos das decisões do STJ sobre a matéria no último triênio .....	558
15.5 Considerações finais.....	562

#### CAPÍTULO 16

##### DA DOGMÁTICA À EFETIVIDADE: REVISITANDO A TEORIA DA NULIDADE SOB VIÉS FINALISTA DE CONTROLE DE PROTEÇÃO

<b>DANIELA CORRÊA JACQUES BRAUNER</b> .....	565
Introdução .....	565
16.1 A análise dogmática a respeito dos planos da existência, validade e eficácia .....	567

16.2	Crise do dogma da vontade e sua repercussão na teoria das nulidades: um novo olhar a partir da jurisprudência .....	573
	Considerações finais .....	578

## CAPÍTULO 17

### O DIREITO REAL DE HABITAÇÃO DO CÔNJUGE SUPÉRSTITE: UMA CRÍTICA PARA ADEQUAÇÃO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

	<b>DÉBORA ELISA LIMA RIBEIRO</b> .....	581
17.1	Introdução .....	581
17.2	O direito real de habitação .....	581
17.3	O direito real de habitação do cônjuge no direito brasileiro atual .....	583
17.4	O direito real de habitação do cônjuge supérstite no direito argentino .....	585
17.5	Análise comparada dos institutos de direitos reais de habitação brasileiro e argentino .....	588
17.6	Conclusão .....	589

## CAPÍTULO 18

### FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE E DIREITO DE SUPERFÍCIE NA SUA VINCULAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL NO BRASIL

	<b>HORÁCIO MONTESCHIO</b> .....	591
18.1	Aspectos históricos .....	591
18.2	Componente teórico-filosófico da propriedade liberal .....	593
18.3	A propriedade no liberalismo no ponto de vista da sua positivação .....	594
18.3.1	A propriedade codificada .....	595
18.3.2	A propriedade na mutação do Estado Liberal para Social .....	596
18.3.3	A construção da propriedade social .....	596
18.4	Propriedade na Constituição de 1988 .....	598
18.5	Função social da propriedade .....	600
18.6	Direito de superfície no Código Civil brasileiro .....	600
18.6.1	Desenvolvimento industrial e direito de superfície .....	602
18.6.2	Função social da propriedade, da empresa e do sistema financeiro .....	604
18.6.3	Concessão de crédito tendo como garantia o direito de superfície .....	605
	Conclusão .....	607

## CAPÍTULO 19

### CONTRATOS RELACIONAIS, BOA-FÉ OBJETIVA E TUTELA DAS LEGÍTIMAS EXPECTATIVAS: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO RECURSO ESPECIAL N° 1.356.725

	<b>LARISSA DE LIMA VARGAS SOUZA</b> .....	609
19.1	Introdução .....	609
19.2	O caso julgado pelo Recurso Especial nº 1.356.725-RS .....	610
19.3	A boa-fé objetiva e a proteção da confiança .....	611
19.4	Os contratos cativos de longa duração e o paradigma da essencialidade .....	615
19.5	Tutela das legítimas expectativas dos contratantes .....	617
19.6	Conclusão .....	619

## CAPÍTULO 20

### INFORMAÇÃO PESSOAL COMO MERCADORIA E O PAPEL DA FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA: O CONFLITO ENTRE FILTROS DE CONTEÚDO E O DIREITO DE SER INFORMADO

<b>BRUNO MARTINS MOUTINHO</b> .....	621
Introdução .....	621
20.1    Direito à informação .....	623
20.1.1    Direito de informar .....	625
20.1.2    Direito de ser informado .....	628
20.2    Modelo de negócios da internet e os filtros de conteúdo .....	630
20.3    Eficácia horizontal dos direitos fundamentais .....	633
20.3.1    O papel da função social da empresa .....	634
Considerações finais .....	636

## CAPÍTULO 21

### REQUISITOS OBJETIVOS E SUBJETIVOS DOS *PUNITIVE DAMAGES*: CRITÉRIOS À APLICAÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO

<b>PASTORA DO SOCORRO TEIXEIRA LEAL, ALEXANDRE PEREIRA BONNA</b> .....	639
21.1    Introdução e apresentação da temática .....	639
21.2    Desenvolvimento dos <i>punitive damages</i> na experiência jurídica dos EUA: requisitos objetivos e subjetivos .....	643
21.2.1    Bases do desenvolvimento dos <i>punitive damages</i> : o papel do júri e a regra do <i>stare decisis</i> .....	643
21.2.2    Requisitos objetivos e subjetivos dos <i>punitive damages</i> a partir do papel do júri e da doutrina .....	646
21.2.3    Requisitos objetivos e subjetivos dos <i>punitive damages</i> a partir da interpretação dos limites constitucionais e pressupostos dos <i>punitive damages</i> pela Suprema Corte americana .....	650
21.2.4    Resumo dos requisitos objetivos e subjetivos dos <i>punitive damages</i> : parâmetros orientadores .....	653
21.3    Aplicação dos <i>punitive damages</i> na prática jurídica brasileira .....	654
21.4    Considerações finais .....	655

## PARTE III

### Concurso de Trabalhos Acadêmicos em homenagem ao Centenário do Código Civil de 1916 – I Prêmio Clóvis Beviláqua. Categoria Graduação

## CAPÍTULO 1

### A FUNÇÃO SOCIAL DOS DIREITOS AUTORAIS NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

<b>ALEXANDRE DE SERPA PINTO FAIRBANKS, LUISA LEMOS FERREIRA</b> .....	659
Introdução: direitos fundamentais e relações privadas .....	659
1.1    Propriedade e função social .....	661
1.2    A função social dos direitos autorais .....	665
1.3    A função social dos direitos autorais na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça .....	667
1.3.1    Recurso Especial nº 964.404 – ES .....	667
1.3.2    Recurso Especial nº 1.371.835 – SP .....	670
1.3.3    Recurso Especial nº 1.320.007 – SE .....	670
1.3.4    Agravo em Recurso Especial nº 270.923 – SP .....	671
1.3.5    Recurso Especial nº 1.343.961 – RJ .....	672

1.3.6	Agravo em Recurso Especial nº 818.567 – SP .....	673
	Considerações finais .....	674

## CAPÍTULO 2

### CORPOS INOMINADOS NAS MARGENS DA REALIDADE: UM ESTUDO INTERDISCIPLINAR SOBRE O DIREITO AO NOME DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

	<b>GUSTAVO BORGES MARIANO, JOÃO DA CRUZ GONÇALVES NETO</b> .....	677
2.1	Transfobia .....	677
2.2	Caminhos percorridos .....	678
2.3	Identidades e o sistema heteronormativo .....	680
2.4	Direitos e a dignidade da pessoa humana de travestis e transexuais .....	687
2.5	Análise de jurisprudência .....	694
2.6	Considerações finais .....	697

## CAPÍTULO 3

### O DIÁLOGO ENTRE DOCTRINA E JURISPRUDÊNCIA: PAVIMENTANDO O CAMINHO DA EFETIVIDADE

	<b>VYNICIUS PEREIRA GUIMARÃES</b> .....	699
3.1	Introdução: um caminho a ser pavimentado .....	699
3.2	Jurisprudência: para além do dizer a lei .....	702
3.3	Doutrina: para além das teclas do piano .....	706
3.4	Do viúvo ao solteiro: o caminho hermenêutico da tutela do bem de família pelo Superior Tribunal de Justiça .....	710
3.5	À guisa de conclusão .....	712

## CAPÍTULO 4

### VEDAÇÃO AO COMPORTAMENTO CONTRADITÓRIO, BOA-FÉ E EXTINÇÃO CONTRATUAL

	<b>GABRIELA HELENA MESQUITA DE OLIVEIRA CAMPOS, LORRANNE CARVALHO DA COSTA</b> .....	715
	Introdução .....	715
4.1	Cláusulas gerais .....	717
4.2	Boa-fé .....	719
4.2.1	Boa-fé objetiva e suas funções .....	720
4.3	A vedação ao comportamento contraditório ( <i>venire contra factum proprium</i> ) .....	722
4.4	Extinção dos contratos .....	724
4.5	A aplicação da vedação ao comportamento contraditório na extinção dos contratos: uma análise jurisprudencial .....	726
	Considerações finais .....	729

## CAPÍTULO 5

### ALIMENTOS COMPENSATÓRIOS NO DIREITO BRASILEIRO: O PROTAGONISMO DA DOCTRINA E JURISPRUDÊNCIA

	<b>JOYCEANE BEZERRA DE MENEZES, ABRAÃO BEZERRA DE ARAÚJO</b> .....	731
	Introdução: a família democrática e o princípio da solidariedade .....	731
5.1	Relação conjugal e convivencial: comunhão plena de vida orientada pela solidariedade, boa-fé e simetria patrimonial .....	733
5.1.1	A deliberação da vida cotidiana e financeira entre os cônjuges ou companheiros .....	734

5.2	Alimentos compensatórios como uma solução possível – Construção doutrinária e jurisprudencial.....	737
5.2.1	Os alimentos compensatórios na legislação argentina e francesa .....	739
5.3	Alimentos compensatórios na jurisprudência brasileira.....	741
	Conclusão .....	744

## CAPÍTULO 6

### ANÁLISE DA INCIDÊNCIA E ALCANCE DA BOA-FÉ NOS CONTRATOS DE DIREITO AUTURAL E DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA

	<b>CAMILA LIDIZZIA DE CARVALHO, MARIANNA MANCINI MALAFAIA.....</b>	<b>747</b>
	Introdução .....	747
6.1	Cláusulas gerais .....	748
6.2	Boa-fé .....	750
6.3	Boa-fé nos contratos de direitos autorais .....	753
6.4	Boa-fé nos contratos de promessa de compra e venda.....	756
	Conclusão .....	760

## CAPÍTULO 7

### DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E SUA APLICAÇÃO PELO STJ E PELO TJ/RJ

	<b>JOÃO MANOEL ANDRADE MACIEL DA SILVA CAMPOS GALDI.....</b>	<b>761</b>
7.1	Introdução .....	761
7.2	Em busca de uma definição – Respaldo jusfilosófico .....	763
7.3	Decisões do TJ/RJ .....	766
7.3.1	Decisões quanto à temática .....	766
7.3.2	Decisões quanto ao desenvolvimento do princípio.....	769
7.4	Decisões do STJ .....	770
7.4.1	Temática no STJ .....	770
7.4.2	Desenvolvimento do princípio no STJ .....	773
7.5	Considerações finais .....	774

## CAPÍTULO 8

### O CONTRASSENSO CONSTITUCIONAL DA EFETIVIDADE DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE: A VEDAÇÃO DA USUCAPIÃO DE BENS PÚBLICOS PERANTE A EVOLUÇÃO GRADATIVA DO DIREITO CONTEMPORÂNEO

	<b>ROMILDO ROMPAVA .....</b>	<b>777</b>
	Introdução .....	777
8.1	Definição de usucapião, bens públicos e função social .....	778
8.2	A vedação legal: conflito entre princípios e realidade .....	781
8.3	Descaracterização de afronta constitucional.....	783
8.4	Uma nova visão doutrinária e jurisprudencial.....	783
	Conclusão .....	789

## CAPÍTULO 9

### A FLEXIBILIZAÇÃO DO NEXO DE CAUSALIDADE: UMA ANÁLISE DAS NOVAS TENDÊNCIAS NA RESPONSABILIDADE CIVIL CONTEMPORÂNEA

	<b>BRUNA VILANOVA MACHADO, RENAN SOARES CORTAZIO.....</b>	<b>791</b>
9.1	Introdução .....	791
9.2	A missão de harmonização social: a importância da responsabilidade no	

	ordenamento jurídico.....	792
9.3	Os pilares da responsabilidade civil: o dano, a culpa e o nexo de causalidade.....	794
9.3.1	O terceiro elemento da responsabilidade civil: o nexo de causalidade.....	796
9.3.1.1	A função específica do nexo causal no âmbito da responsabilidade civil.....	798
9.4	Tendências recentes: o novo olhar sobre a responsabilidade civil em relação à constitucionalização do direito .....	799
9.5	Considerações finais.....	804
SOBRE OS AUTORES.....		807